

# As esquerdas e o golpe civil-militar de 1964 no Ceará: análises de um estudo de caso

## The lefts and the 1964 civil-military coup in Ceará: analysis of a case study

**Aírton de Farias**

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE).

E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br.

**Resumo:** Este artigo visa a tratar de alguns aspectos das esquerdas cearenses no período imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964. Aborda a chegada do pensamento socialista ao estado no início do século XX e como foi se constituindo um forte sentimento anticomunista na sociedade local, com repressão e perseguição às esquerdas. Enfatiza especialmente a atuação e trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se constituía a principal organização de esquerda no estado quando da implantação da ditadura. A agremiação, seguindo a orientação da cúpula nacional, adotou posturas mais moderadas no início dos anos 60, rompendo certo isolamento em que se encontrava e até obtendo representação no parlamento cearense. A postura provocou críticas por parte de vários de seus militantes. A falta de maior resistência ao golpe e a opção pela resistência pacífica à ditadura provocou a saída de vários dos militantes do PCB. Parte dos mais jovens, a seguir, adentrou em organizações armadas.  
**Palavras-chaves:** Esquerdas, comunistas, golpe de 64.

**Abstract:** This article aims to address some aspects of the left in Ceará in the period immediately prior to the civil-military coup of 1964. It addresses the arrival of socialist thought in the state in the early 20th century and how a strong anti-communist feeling was being constituted in local society, with repression and persecution of the left. It particularly emphasizes the performance and trajectory of the Brazilian Communist Party (PCB), which was the main left-wing organization in the state when the dictatorship was implemented. The group, following the guidance of the national summit, adopted a more moderate posture in the early 1960s, breaking a certain isolation in which it found itself and even obtaining representation in the Ceará parliament. The stance provoked criticism from several of its militants. The lack of greater resistance to the coup and the option for peaceful resistance to the dictatorship caused the departure of the PCB from several of its militants. Part of the younger ones then entered armed organizations.

**Keywords:** Left, communists, coup de 64.

## **As esquerdas cearenses**

Em 1964, o presidente João Goulart foi derrubado da presidência da República, em um golpe de Estado deferido pelas forças armadas. O episódio, de grande repercussão para a história política do País, é cada vez mais estudado e compreendido, não obstante todo o negacionismo dos últimos anos. A difusão de cursos de História/pós-graduação Brasil afora, relatórios de comissões da verdade ou da Anistia nos estados, produções de jornalistas, memorialistas e ex-militantes vêm permitindo um olhar mais aguçado sobre toda complexidade política, econômica e social que envolve o tema. A intenção deste artigo é abordar o golpe de 64 no Ceará e os desdobramentos políticos para as esquerdas locais. Como se organizavam os grupos de esquerda no estado? Que espaços de inserção política apresentavam? Quais suas relações com o governo local e o governo federal? Como essas esquerdas viveram o golpe de 64? E como se reorganizaram?

Os princípios de esquerda/socialista grassavam no Ceará desde, pelo menos, o início do século XX. Das viagens ou do contato de cearenses com viajantes, sindicalistas e mesmo jornais e livros vindos do centro-sul brasileiro e Europa, começaram a circular, entre os segmentos médios urbanos intelectualizados e o reduzido operariado local, ideias “radicais e exóticas”, como o anarquismo e, depois, o comunismo, apesar da “vigilância” da influente Igreja Católica local e das autoridades constituídas (GONÇALVES, 2000).

Em 1927, era instalada a secção local do Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de uma organização de fachada denominada Bloco Operário e Camponês (BOC). Conforme o historiador Francisco Moreira Ribeiro, naquele ano, o sindicalista José Joaquim de Lima, mais conhecido como Joaquim Pernambuco, foi ao Rio de Janeiro na intenção de participar do congresso da Confederação Geral do Trabalho – entidade concebida pelo PCB. Dali voltaria com a missão de organizar em Fortaleza o BOC e, conseqüentemente, a secção cearense do partido. Também foram criados, a seguir, núcleos comunistas nas cidades cearenses de Camocim, Aquiraz, Aracati e Quixadá, entre outras, sendo considerável a influência vermelha junto a algumas categorias, como as dos trabalhadores do porto e da ferrovia (RIBEIRO, 1989: 42).

Os grupos conservadores logo passaram a difundir intensa campanha anticomunista. Os marxistas seriam indivíduos amorais e ateus, que colocavam em risco os valores cristãos, a família e os bons costumes, buscando uma nova ordem social na qual as pessoas se limitavam a serem escravas do Estado. Com isso, produziu-se em amplos setores da sociedade uma concepção negativa dos ideais comunistas (MOTTA, 2002; PINTO, 2005). A repressão foi concomitante. Rotineiramente

a polícia surrava os operários socialistas, enquanto patrões os demitiam e negavam-lhes emprego. “Listas negras” dos trabalhadores “problemáticos” circulavam entre o patronato. Jornais de esquerda eram empastelados ou tinham as edições apreendidas. Em 1931, já na denominada Era Vargas (1930-45), o PCB preparou em Fortaleza a *passeata da fome*, visando denunciar a miséria da população e as incoerências e limites da “Revolução” de 30. O executivo cearense mobilizou os aparatos estatais para impedir a realização do evento. Nomeou um delegado especial para promover diligências e coagir os trabalhadores na capital e no interior, proibiu a distribuição de folhetos de convocação da passeata e prendeu a liderança do movimento, deportando 16 comunistas para o Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2000).

A 4 de março de 1935, último dia de carnaval, um tiroteio promovido por membros da Ação Integralista Brasileira (grupo de extrema-direita, de inspiração fascista, cuja secção local fora instalada dois anos antes) contra simpatizante da Aliança Nacional Libertadora (ANL, criada no Ceará em 1935) deixou mortos três populares e feridos vários outros. Em julho de 1936, a polícia, na pretensão de combater “subversivos”, cercou uma residência em Camocim e fuzilou os comunistas Miguel Pereira Lima (o Amaral) e Luis Miguel dos Santos (Luis Pretinho), torturando e abusando de um terceiro, Raimundo Ferreira de Souza (Raimundo Vermelho), que também, em consequência das agressões, faleceu meses depois (SANTOS, 2000). Mais comunistas acabaram presos, quando não mortos, em virtude da repressão ocorrida após o fracasso do levante comunista em Natal-RN e com a instalação do Estado Novo (1937-45) (RIBEIRO, 1989: 32). Um dos argumentos usados para desmantelar a comunidade religiosa do Caldeirão, no Crato, em 1937, foi o de uma provável (e irreal) “ameaça comunista”. O líder da comunidade camponesa, o beato José Lourenço, um humilde lavrador e seguidor do Padre Cícero, chegou a ser tachado de “agente bolchevique” (CORDEIRO, 2004: 64).

Com a queda da ditadura getulista, em 1945, e com a destacada participação soviética na derrota do nazismo na Europa, o Partido Comunista ganhou a legalidade. Como no resto do Brasil, o PCB-CE cresceu em influência política e representatividade nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, sobretudo em Fortaleza. Apesar das pregações anticomunistas da Igreja Católica e setores direitistas, o Partido conseguiu, nas eleições legislativas de 1946, eleger dois deputados estaduais (o médico José Pontes Neto e o pedreiro José Marinho de Vasconcelos), obtendo, em termos de legenda, 23% dos votos válidos da capital cearense, um resultado expressivo e indicador da influência vermelha (RIBEIRO, 1989: 47).

Os comunistas procuravam chamar a atenção das camadas mais humildes da população sobre os direitos fundamentais que lhes assistiam e organizá-las no

intuito de reivindicar melhorias como luz, calçamento, água, segurança, etc. Combatiam também a carestia, promoviam campanhas de alfabetização e desenvolviam atividades recreativas. O PCB adquiriu, ainda em 1946, do recém-eleito senador Olavo Oliveira, conservador político cearense, o jornal *O Democrata*, visando a veicular diariamente seu pensamento e denunciar a exploração de operários e camponeses (LIMA NETO, 2006).

Com o começar e avançar da Guerra Fria, o PCB acabou tendo seu registro cassado pela Justiça Eleitoral, em 1947, e foi (novamente) posto na ilegalidade. Ainda naquele ano, em mais uma evidência de seu capital político, os comunistas elegeram sete dos onze vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, usando como fachada o Partido Republicano (FREITAS, 2008). Nos anos seguintes, não obstante, a influência do partido no Brasil e, especificamente, no Ceará, reduziu-se, alvo da repressão, das pregações anticomunistas e das dificuldades econômicas (que levaram ao fechamento de *O Democrata*, em 1958). Igualmente contribuiu o isolamento político e social do próprio PCB, que passou a ter cada vez mais posições sectárias, especialmente na primeira metade dos anos 1950. Numa guinada à esquerda, defendia a queda de todos os governos de “traição nacional”, como os comunistas designavam as administrações de Dutra e de Vargas (SEGATTO, 2007: 15).

Somem-se a isso as crises e divisões internas, advindas com as denúncias dos crimes do stalinismo feitas por Nikita Kruchev, em 1956, abalando a “infallibilidade” do Partido; a aproximação dos soviéticos para com os norte-americanos, na chamada “coexistência pacífica”, que desagradava aos mais radicais comunistas; e a invasão da Hungria, também em 1956, por tropas da União Soviética. As denúncias dos crimes de Stalin provocaram imenso impacto, frustrações e discussões entre aqueles que acreditavam ser tudo uma “invenção do imperialismo dos Estados Unidos” e os que aceitaram as denúncias de Kruchev. A cúpula nacional do PCB, tendo à frente Luis Carlos Prestes, aceitou os novos posicionamentos emanados de Moscou, para descontentamento de um grupo de militantes. Este mesmo grupo igualmente desagradou-se com os novos posicionamentos da agremiação, que moderou os discursos e as práticas, no fim dos anos 1950/início dos 60. Tal grupo, tendo nomes como João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danielli e Calil Chade, por defenderem a ortodoxia partidária, acabaram saindo ou sendo expulsos da agremiação em 1962. Organizaram, então, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que, no seu entender, seria a continuação verdadeira do Partido Comunista fundado em 1922 (SALES, 2007).

No Ceará, não obstante, o PCB manteve a unidade, sob o comando de Aníbal Bonavides. Apresentava a liderança sobre vários sindicatos e o movimento

estudantil na ocasião do golpe de 64. Apenas após a implantação da ditadura, dissidentes fundaram o PCdoB no Ceará, em 1965, ou entraram em outras organizações, alegando que o PCB era um “partido frouxo”, porque fora passivo quando do golpe que derrubara João Goulart e se recusava a pegar em armas para tirar os militares do governo.

## Às vésperas do golpe de 1964

Da mesma maneira que no resto do País, o PCB-CE conheceu nova fase no início dos anos 1960, vivendo uma “semilegalidade”. Apresentava uma sede conhecida publicamente, cognominada *Escritório Eleitoral 25 de Março*, situada na Rua General Sampaio, nº. 1131, no centro de Fortaleza, onde normalmente aconteciam debates e reuniões comunistas. Pelo depoimento de antigos militantes do partido e pela documentação apreendida pelo Exército e anexada ao Inquérito Policial-Militar (IPM) instalado após o golpe de 64,<sup>1</sup> há vários indícios da atuação comunista na defesa das “reformas de base”, propostas então nacionalmente pelo governo João Goulart (1961-64), e no engajamento em movimentos de massas. O PCB obtivera até maiores espaços no interior do Ceará, onde historicamente o anticomunismo era mais forte em virtude das pregações da Igreja Católica, via púlpito, e da mobilização e repressão por parte das oligarquias municipais (RIBEIRO, 2006). Essa aproximação com a zona rural não pode deixar de ser vinculada às decisões do V Congresso Nacional do Partido, de 1960, no qual, entre outras coisas, deliberou-se pela necessidade de maior trabalho e proximidades com as massas. Também tem a ver com o impacto da Revolução Cubana, de 1959, que, sob perspectivas interpretativas hoje tidas como limitadas por historiadores – mas à época, bastante endossadas pelas esquerdas –, teria “provado o caráter revolucionário dos camponeses” (AARÃO REIS, 1990).

O PCB-CE tinha, então, como um dos mais destacados dirigentes o paraibano (há muito radicalizado no Ceará) Anníbal Bonavides, advogado e jornalista, que chegou a ser eleito deputado estadual, em 1962, por meio do Partido Social Trabalhista (PST). Bonavides exercera papel de destaque na criação da Frente de Mobilização Popular (FMP), no Ceará, e participou de atos públicos em defesas das reformas nacionalistas de Jango. Seria um dos parlamentares cassados e presos quando do golpe militar de 1964 – foi liberto apenas em dezembro desse ano. Com a ditadura, para sobreviver, Anníbal passou a vender livros entre amigos e organizou o que se tornou uma conhecida livraria do centro de Fortaleza, a *Ciência e Cultura*. A livraria virou famoso local de encontro de intelectuais e militantes de esquerda.

<sup>1</sup> Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964. Acervo da Associação 64-68 Anistia.

Um irmão de Anníbal, Paulo Bonavides, de posições bem mais conservadoras, ganharia destaque no mundo das letras do Ceará, sendo considerado um dos maiores juristas do estado (BONAVIDES, 1996).

Culto, moderado, leal ao Comitê Central do Partido e ao comando nacional de Luis Carlos Prestes, Bonavides era acusado por alguns militantes da agremiação de “passivo” e de estar por demais a reboque da burguesia local. Em 1962, por exemplo, Anníbal articulou o apoio do PCB à campanha vitoriosa ao senado de Carlos Jereissati, do PTB, rico comerciante local, pai do depois governador cearense Tasso Jereissati. O apoio a um burguês como Jereissati não agradou a todos os militantes. Os críticos de Bonavides, porém, minimizavam o fato de que foram articulações como aquela que levaram o PCB a ter representação na Assembleia Legislativa cearense, atenuando o isolamento que o Partido viveu por anos e dando-lhe, em consequência, maior inserção política no estado – um estado, não custa lembrar novamente, dominado por oligarquias fortemente anticomunistas, autoritárias e violentas. Além disso, tratando-se especificamente do PCB e de outras organizações de esquerda a Jereissati, o apoio não foi por acaso. Nas eleições de 1962, os tradicionais grupos políticos locais haviam se coligado, formando a cognominada “União Pelo Ceará”, para lançar a candidatura vitoriosa ao governo do coronel Virgílio Távora, contado, inclusive com recursos dos EUA (RIBEIRO, 2006). Com a radicalização da Revolução Cubana, o acirramento das disputas políticas no Brasil (evidenciadas na crise para garantir a posse de Jango após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961) e o incremento da atuação das Ligas Camponesas em Pernambuco, grupos conservadores temiam a eclosão de uma “revolução socialista” no Nordeste. Não surpreende, pois, que as esquerdas apoiassem Carlos Jereissati, que, além de pertencer ao PTB do presidente João Goulart, surgia, no começo dos anos 60, como opositor no Ceará e um desafio ao domínio das oligarquias tradicionais que há anos se alternavam no governo local (PARENTE, 2000).

Assim, para além do descontentamento com o perfil conciliador de Bonavides, pode-se conjecturar que havia dentro do PCB-CE um grupo de ativistas os quais, se não romperam com o partido até o golpe militar de 64, estavam questionando a postura moderada da própria organização. A cúpula da seção comunista cearense nada mais que reproduzia a orientação nacional do PCB, definida pela *Declaração Política de Março de 1958* e basicamente ratificada pelo V Congresso do Partido, em 1960.

A nova orientação do PCB, que partia de premissas anteriores do partido e do próprio movimento comunista internacional, concebia a revolução brasileira em duas etapas. A primeira, de “libertação nacional e democrática”, apresentaria conte-

údo antifeudal (havia a crença de que existiam resquícios do feudalismo no Brasil) e anti-imperialista (contra a dominação dos EUA). Pregava a união das classes sociais “progressistas” (proletários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional) visando, pelo “bom caminho” da via legal e pacífica, promover o desenvolvimento do País, visto que, embora o capitalismo no Brasil tivesse já algum incremento, ainda não amadurecera o suficiente para revolução socialista. Daí, portanto, a necessidade de união com aqueles setores “progressistas” da sociedade visando a ampliar as liberdades democráticas e promover as reformas estruturais contra a “elite latifundiário-feudal” e o aliado desta, o imperialismo dos EUA. Essas ideias ajudam a entender a aproximação dos comunistas em relação às denominadas “reformas de base” que João Goulart propunha no começo dos anos 60 (GORENDER, 1999: 28; AARÃO REIS, 2000: 23).

A segunda fase da revolução seria, aí sim, socialista. Denotando a influência e as heranças culturais e políticas do velho “Partidão”, várias das organizações que pegaram em armas conservaram, com algumas alterações, muito desse esquema analítico, como foi o caso da Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Conclui-se, pois, que nem todos dentro do PCB aceitavam a posição moderada adotada pela cúpula partidária e/ou a concepção de uma transição pacífica para o socialismo. Essa discussão sobre a opção armada ganhou novo corpo entre os militantes de esquerda após o sucesso da Revolução Cubana, de 1959. Grupos vinculados às Ligas Camponesas tentaram instalar campos de treinamento guerrilheiros em áreas interioranas do País. Em novembro de 1962, o governo João Goulart desarticulou facilmente um desses campos no nordeste de Goiás, levando a desativação dos demais (SALES, 2005; ROLLEMBERG, 2001). Assim, percebe-se que a ideia da luta armada já se fazia presente entre alguns grupos mais radicais antes mesmo da implantação da ditadura, a qual, obviamente a aguçou ainda mais a opção pela via belicista. Esses debates e os desejos da militância radical, e a postura do PCB em não endossar a guerrilha contra o regime ditatorial militar, ajudam a entender, sobremaneira após o golpe de 64, o surgimento de diversas dissidências as quais deram origem a novos agrupamentos revolucionários armados.

As esquerdas cearenses em 1964 englobavam também nacionalistas, em geral, acomodados no pequeno Partido Social Trabalhista (PST), sigla liderada nacionalmente por Miguel Arraes e que abria espaço para as candidaturas comunistas, já que o PCB não podia concorrer a eleições. Havia também os nacionalistas ligados a Leonel Brizola, reunidos na Frente de Mobilização Popular (FMP) e nos Grupos dos Onze.

Em 1963, o ex-governador do Rio Grande do Sul e então deputado federal, Leonel Brizola organizou, por todo o País, a Frente de Mobilização Popular, movimento que reunia diversas entidades de esquerda na defesa das reformas de bases. Contava, inclusive, com a adesão de várias associações de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais, o que era visto por conservadores como um risco à hierarquia das Forças Armadas – embora esses mesmo conservadores não censurassem os contatos das cúpulas militares com partidos, empresários e mesmo representantes dos EUA, na trama que levaria ao golpe de 64 (FICO, 2004; DREIFUSS, 1987). Brizola se tornou a grande referência para as esquerdas não comunistas, sendo tido como um “radical” pelas direitas. Era genro de João Goulart e apresentava pretensões de chegar à presidência da República. Com a radicalização política do início dos anos 60, Brizola passou a organizar células independentes, geralmente compostas por militares de baixa patente, os chamados “Grupos dos Onze”. Após o golpe de 64, em 1967, da proximidade com setores militares nacionalistas e de contatos com Cuba, Brizola buscou organizar a experiência (fracassada) de uma guerrilha na Serra do Caparaó, na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para tentar derrubar a ditadura (GUIMARÃES, 2015).

No Ceará, com o golpe de 64, vários integrantes dos Grupos dos Onze, nacionalistas e simpatizantes de Leonel Brizola, foram detidos. Segundo Papito de Oliveira, autor de livro sobre a comissão cearense de indenização às vítimas da ditadura (Comissão Wanda Sidou), na cidade de Icó, a 375 quilômetros de Fortaleza, integrantes dos Grupos dos Onze foram truculentamente detidos por policiais, sendo alguns deles enviados para o 23º Batalhão de Caçadores (23BC), na capital cearense, onde ficaram detidos por um mês (OLIVEIRA, 2009: 45). Em Crateús, oeste cearense, brizolistas e simpatizantes do governo deposto de João Goulart (afora militantes do PCB), entre os quais militares de baixa patente, funcionários da RFSSA, comerciantes, vereadores e até o vice-prefeito da cidade, igualmente acabaram alvos da repressão da ditadura. Ao todo, foram encarceradas 16 pessoas (por isso, ficaram conhecidos como os “16 presos de Crateús”), as quais foram levadas a Fortaleza para responder a um Inquérito Policial Militar por “subversão”. Após meses encarcerados em quartéis da capital, sofrendo agressões físicas e/ou psicológicas, os 16 foram mandados de volta para Crateús, após pedido dos advogados. A transferência levou a prefeitura de Crateús a construir, às pressas, um anexo à cadeia para acolher os “subversivos”. Os 16 indiciados seriam libertos pelo Superior Tribunal Militar, em 25 de julho de 1967, após seis meses de prisão. Ficaram com a pecha de “comunistas” e “subversivos”, passando por dificuldades financeiras e problemas psicológicos (ALMEIDA, 2009).

Entre outras organizações e entidades, lideradas pelas esquerdas, poder-se citar ainda a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), comandada por comunistas como José Leandro Bezerra, líder rural que desde o início da década estimulava a organização dos trabalhadores do campo (OCHOA 1989; ALBUQUERQUE, 1991); e o Pacto Sindical, entidade local que reunia vários sindicatos, como os dos ferroviários, bancários, têxteis, estivadores, construção civil, gráficos, pescadores, agricultores, alfaiates, garçons, rodoviários, músicos, metalúrgicos, portuários e outros, tendo à frente o bancário Moura Beza. Este havia sido candidato derrotado nas eleições para prefeito de 1962, num pleito vencido pelo militar Murilo Borges e sobre o qual se levantaram suspeitas de fraudes (SANTOS, 2017). Destaque também para o movimento estudantil e suas entidades, como o Centro Lical de Educação e Cultura (CLEC), do Colégio Estadual Liceu, cujos estudantes estavam entre os mais ativos da época, a União Estadual dos Estudantes (UEE) e o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC), além das entidades representativas universitárias da UC (Universidade do Ceará, atual UFC – Universidade Federal do Ceará), cujas lideranças ligavam-se ao PCB e à Ação Popular. O PCB apresentava a chamada Juventude Comunista e contava com várias Organizações de Bases, as antigas “células comunistas”, em diversos colégios e faculdades. A AP era um grupo ligado à esquerda católica. A juventude engajada nos movimentos políticos dos anos 60 apresentava como um dos principais locais de encontros e articulações o CÊU (Clube dos Estudantes Universitários), situado na Avenida da Universidade, onde hoje se encontra o prédio da faculdade de História da UFC (RAMALHO, 2002).

## **O golpe de 64 no Ceará**

O golpe civil-militar de 64 teve efeitos dramáticos sobre o Ceará. Da mesma forma que no resto do País, os meios políticos cearenses conheciam os boatos sobre as tramas conspiratórias em andamento que visavam a derrubar João Goulart da presidência. Ao mesmo tempo, os setores de esquerda e nacionalistas acreditavam no “esquema militar” de Jango, o qual, como se sabe, revelou-se píffio, tal a facilidade do triunfo dos golpistas.

As primeiras notícias sobre o levante militar chegaram a Fortaleza ainda na noite de 31 de março, pelo rádio, então o principal meio de comunicação de massa. Pelos depoimentos colhidos junto a entrevistados, eram informações confusas, contraditórias, sem detalhes precisos. O certo era que o tão propalado levante militar estava finalmente acontecendo, o que não significava que houvesse certeza sobre o triunfo dos golpistas ou que o episódio não provocasse surpresas. As emissoras de

rádio cearense noticiaram o apoio do IV Exército, sediado em Recife, e da 10ª Região Militar, de Fortaleza, ao levante iniciado em Minas Gerais (CONCEIÇÃO, 2015: 85). Sem poder contar com o esperado “esquema militar de Jango”, as esquerdas locais, então, tentaram articular uma resistência, que se revelou inócua.

Estudantes de várias escolas e faculdades realizaram passeatas e se concentraram no CÉU (Clube dos Estudantes Universitários) pela manhã, congestionando o trânsito na Avenida da Universidade. Em uma amplificadora, fizeram pregações contra os golpistas e falaram da necessidade de defender a legalidade. A polícia cercou o CÉU à tarde, evacuando o prédio e retirando a amplificadora. Posteriormente, os estudantes se reuniram na Praça José de Alencar, no centro da Fortaleza – em meio aos discursos exaltados dos secundaristas e universitários, o ato foi dissolvido pelo Exército.<sup>2</sup> Nos dias seguintes, com a vitória do golpe, as sedes das entidades estudantis acabaram invadidas pelos militares, havendo destruição e apreensão de “materiais subversivos”. Os dirigentes estudantis foram destituídos e substituídos por “estudantes democratas”.<sup>3</sup> Trabalhadores do Porto do Mucuripe, da Rede Ferroviária e do Departamento de Telégrafos e Correios, áreas estratégicas, iniciaram greves, logo desmobilizadas pelos militares com repressão, prisão dos principais líderes e intervenção nos sindicatos,<sup>4</sup> o que se deu também em entidades sindicais de outras categorias. O Pacto Sindical foi dissolvido e o líder bancário Moura Beza, preso. A Rádio Dragão do Mar, pertencente ao deputado federal e aliado de Jango, Moisés Pimentel, foi fechada por estar conclamando os civis a resistirem ao golpe – várias pessoas foram detidas, entre elas o locutor Nazareno Albuquerque.<sup>5</sup> A sede da FALTAC, situada no então distante Jardim Iracema (área agrícola, hoje um bairro de Fortaleza) foi saqueada pelo Exército (OCHOA, 1989). A sede do PCB, o *Escritório 25 de Março*, teve suas dependências arrombadas e praticamente destruídas – os jornais *O Povo* e *Correio do Ceará* trouxeram fotos da farta “documentação subversiva” apreendida ali.<sup>6</sup> A livraria e tipografia Colegial, acusada de vender livros “comunistas”, foi fechada e seus funcionários levados para a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).<sup>7</sup> Homens da Polícia Militar passaram a patrulhar as principais ruas e praças da capital visando “manter a ordem” nos dias seguintes ao golpe.<sup>8</sup> *O Povo*

2 Correio do Ceará, 02/04/64. *O Povo*, 3/04/1964.

3 Correio do Ceará, 06/04/1964; Correio do Ceará, 06/04/1964; Correio do Ceará, 09/04/1964; *O Povo*, 07/04/1964; 09/04/1964.

4 Correio do Ceará, 02/04/1964; 03/04/1964. *O Povo*, 02/04/1964.

5 *O Povo*, 1º/04/1964.

6 *O Povo*, 04 e 05/04/1964. Correio do Ceará, 4/04/1964.

7 *O povo*, 04 e 05/04/1964.

8 Correio do Ceará, 02/04/64.

informou, a 3 de abril, com a vitória dos golpistas garantida, que a DOPS prendera “vários elementos comunistas”.<sup>9</sup>

Mesmo sendo militar e integrante de tradicional oligarquia cearense, o governador cearense, coronel Virgílio Távora, viveu agruras nos dias seguintes ao golpe e quase foi derrubado. Távora mantinha cordiais relações com João Goulart – verbas e apoio técnico federais foram importantes para o projeto industrializante que o coronel implementou no Ceará no começo dos anos 60 (ALENCAR JUNIOR, 2006; CORTEZ, 2019). Além disso, Távora utilizara auxiliares tidos como “esquerdistas” na estrutura administrativa do Estado. Do ponto de vista do governador, importava-se os quadros eram competentes, independentemente de questões ideológicas – esses auxiliares encontravam-se, sobretudo, na pasta da Educação (MELO, 2006).

Por tais motivos, o coronel era visto com certa desconfiança por setores radicais das direitas, os quais pressionaram por sua destituição quando do golpe de 64. A maior pressão veio dos oficiais do 10º Grupo de Obuses (10ºGO, depois Grupo de Artilharia da Companhia – GAC), a mais bem equipada unidade de artilharia do Exército no Ceará. O comandante da unidade era o major Egmont Bastos Gonçalves, “filho do ex-deputado estadual Joaquim Bastos, político filiado à Liga Eleitoral Católica nos anos 30 e inimigo dos Távora” (ALENCAR JUNIOR, 2006: 125). Major Egmont teria coagido Virgílio, nos dias seguintes ao golpe, a publicar nota exaltando a “revolução” e ameaçando com repressão policial qualquer manifestação de apoio ao governo deposto.

Virgílio, porém, “escapou”. Contava com apoio de parte dos militares locais, especialmente os do 23BC, comandado pelo então coronel Tácito Téphilo Gaspar de Oliveira, seu amigo pessoal. Também gozava de boas relações com o comandante da 10ª Região Militar (10RM), general Justino Alves Bastos, e com o marechal golpista cearense Castello Branco, que assumiria a presidência da República a 15 de abril de 1964. O senador cearense, Paulo Sarasate, e o tio de Virgílio, o velho marechal Juarez Távora, também ajudaram na defesa do governador, pelo prestígio que apresentavam junto aos articuladores do golpe. Tão delicada a situação que Virgílio viajou às pressas para o Rio de Janeiro, para realizar contatos e articulações políticas diretamente nos centros do poder nacional e, assim, preservar o mandato (SARAI-VA, 2011).

Salvo, o governador cearense teve que dar mostras de “fidelidade” aos ideais da “redentora revolução”. De imediato, além da repressão aos que buscaram resistir ao golpe, demitiu os técnicos tidos como “comunistas” da Secretaria de Edu-

---

<sup>9</sup> O Povo, 03/04/1964.

cação,<sup>10</sup> ainda que tenha buscado protegê-los, facultando-lhes meios até para sair do estado.<sup>11</sup> Maior mostra, porém, de endosso ao golpe foi a cassação dos mandatos de vários deputados estaduais “subversivos” – não por acaso, a Assembleia Legislativa do Ceará foi a “pioneira” nas cassações no Brasil.

Em uma tensa sessão extra, que varou a noite do dia 9 para 10 de abril de 1964, os deputados cearenses cassaram os mandatos de seis colegas, suspendendo-lhes também por 10 anos os direitos políticos. O pretexto usado foi o de “falta de decoro parlamentar” – na verdade, os deputados eram de esquerda e/ou apoiadores do governo João Goulart. Perderam os mandatos: José Pontes Neto (PSP), Raimundo Ivan Barroso (PTB), Anníbal Bonavides (o já citado secretário estadual do PCB-CE), Blanchard Girão, Amadeus Arrais e Fiúza Gomes (PST).<sup>12</sup> As cassações foram promovidas com unanimidade do plenário, o que mostra mais uma vez o apoio de civis ao golpe – inclusive, integrantes das casas legislativas – e as articulações de bastidores para aliviar a pressão e “limpar” a imagem de Távora. Há versão corrente de que o próprio governador, já no Rio de Janeiro, teria mantido articulações e contatos com o presidente da Assembleia Legislativa, Mauro Benevides, para realizar as cassações.<sup>13</sup>

Na Câmara Municipal de Fortaleza, a 9 de abril e, assim, antecipando-se à Assembleia Legislativa, foram igualmente cassados por “falta de decoro” os vereadores Luciano Barreira, Tarcísio Leitão (ambos ligados ao PCB) e Manuel Aguiar de Arruda (de orientação social-cristã).<sup>14</sup> Os dois últimos, dias depois, foram presos sob a acusação de “subversão”. Luciano Barreira conseguiu fugir, mas acabou detido por agentes da DOPS em dezembro de 64, permanecendo preso no 23BC por 12 dias.<sup>15</sup> Tarcísio Leitão e o líder bancário José Moura Beleza, sem o conhecimento inicial de suas famílias, foram levados para a ilha de Fernando de Noronha,<sup>16</sup> então administrada pelas Forças Armadas e que foi usada para receber presos políticos – entre eles, o governador deposto de Pernambuco, Miguel Arraes. Voltaram ao Ceará apenas em dezembro de 1964. Tarcísio seria preso várias vezes ainda nos anos seguintes e Moura Beleza, na “lista negra” do patronato e sempre vigiado pelos órgãos

---

10 Correio do Ceará, 06/04/1964.

11 O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

12 Correio do Ceará, 10/04/1964.

13 O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

14 O Povo, 10/04/1964.

15 Processo de Requerimento de Indenização de Luciano Barreira. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

16 O Povo, 15/05/64.

de repressão, viu-se obrigado a retirar-se para São Paulo.<sup>17</sup>

Como base ainda no Ato Institucional (depois chamado de AI-1, pois seriam baixados outros desses atos arbitrários), tiveram cassados os mandatos e os direitos políticos os deputados federais Adhail Barreto (que disputara contra Virgílio as eleições de 1962), Moisés Pimentel, José Palhano Saboia e Expedito Machado (que era ministro da Viação e Obras de Jango, pai do depois senador e ministro Sérgio Machado). Vários dos suplentes dos deputados foram impedidos de tomar posse.<sup>18</sup>

A segunda leva de cassações de mandatos de deputados estaduais no Ceará só seria concluída a 17 de outubro de 1964, alcançando Cândido Ribeiro Neto, do PSD, Aurimar Pontes, do PTB, e Amadeu Ferreira Gomes, do PTN, todos indiciados no Inquérito Policial Militar (IPM) do contrabando de café, e Francisco Vasconcelos Arruda, do PR, por desvio de Kombis. Um dos argumentos usados para o golpe foi o do combate à corrupção, de modo que os militares instauraram vários inquéritos para apurar irregularidades. Havia denúncias feitas até nacionalmente, por Carlos Lacerda, sobre “contrabandistas fazendo política no Ceará”. Em maio de 1964, a 10ªRM instaurou IPM para averiguar o contrabando de café, cujo resultado levou os militares a pressionar a Assembleia Legislativa do Ceará a cassar os referidos parlamentares. Após forte pressão da ditadura, o legislativo cearense acabou por ser submetido novamente. Na última leva, seria cassado também Peixoto de Alencar, do PST, por “subversão”, sendo impedida a posse de sete suplentes. Em 1969, após o AI-5, foram cassados, entre outros, os deputados estaduais Dorian Sampaio e Raimundo Ximenes, em virtude de terem visitado o já exilado ex-presidente João Goulart, no Uruguai (SARAIWA, 2011 43).

Houve apoio de diversos setores da sociedade cearense ao golpe de 64. Ainda no dia 2 de abril, quando existiam dúvidas sobre o êxito pleno da conspiração, uma comissão de empresários (chamados então de “classes produtoras”) compareceu à residência do governador Virgílio Távora e ao Quartel da 10ª RM, para prestar “solidariedade ao movimento contra o comunismo” e discutir a necessidade de “reprimir os baderneiros à altura” (COSTA, 2015: 78). Possivelmente, a visita ao chefe do executivo cearense tratava-se de pressão para garantir a adesão de Virgílio à nova ordem e obter meios para perseguir os adversários políticos e ideológicos do patronato. As lideranças das “classes produtoras” pressionaram igualmente o parlamento local, pois enviaram à Assembleia Legislativa memorando pedindo a cassação dos

17 O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

18 O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

deputados “subversivos”.<sup>19</sup>

Nos dias seguintes ao golpe, os jornais publicaram editoriais e artigos exaltando a ação das Forças Armadas contra a “balbúrdia do comunismo ateu que ameaçava o País”. Passava-se a ideia de que a falta de maior resistência ao movimento golpista evidenciava como a sociedade “desejara” a intervenção dos militares para acabar com a “baderna reinante”. Em editorial de capa de *O Povo*, lê-se:

(...) Que se queria com a clarinada revolucionária que partiu de Minas Gerais e ecoou Brasil afora? Levantaram-se os militares, com a solidariedade de prestigiosos líderes civis, para acabar com os desatinos de uma caudilha incorrigível, que ia nos levando, em sucessão de aventuras perigosas, aos braços de uma minoria totalitária que pretendia empolgar o poder. Não houve choque armado, não ocorreu derramamento de sangue, graças a Deus. Mas o País quase era cenário de uma luta fratricida e por pouco a Nação não estar (sic) a deplorar o sacrifício de vidas preciosas e a destruição de valiosos bens materiais (...).<sup>20</sup>

Enquanto os setores conservadores exaltavam a “revolução”, comunistas, nacionalistas e correligionários e simpatizantes do deposto João Goulart encontravam-se em apuros. Nos primeiros dias da ditadura, o governo instaurou a denominada Comissão Geral de Investigação para atuar nas repartições públicas e apurar “subversões”. Vários funcionários públicos perderam seus empregos nas esferas federal, estadual e municipal, gerando vários problemas pessoais e familiares, afora os traumas psicológicos e dificuldades econômicas. Na Universidade Federal, Comissão de Inquérito, presidida pelos professores Fávilo Ribeiro, Ailton Gondim Lóssio e Alfredo Montenegro, indiciou mais de 100 pessoas por “atividades subversivas”, sendo a maioria das faculdades de Direito, Medicina e Institutos Básicos.<sup>21</sup> Inúmeros trabalhadores da RCV (Rede Viação Cearense, depois RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.) acabaram demitidos ou aposentados compulsoriamente e os que não perderam o emprego passaram a ser rigidamente controlados pela direção da empresa, que tinha à frente José Walter Cavalcante (homem de confiança da ditadura, tanto que foi prefeito de Fortaleza entre 1967-1971). Para se ter uma ideia, os operários “suspeitos de praticarem ‘atos subversivos’ foram obrigados a vestir farda de cor laranja para diferenciar dos demais” (ALMEIDA, 2009: 212). Outras pessoas, mais visadas pela repressão, puseram-se em fuga. Para as esquerdas, era a constatação de como se iludiram quanto ao tão propalado “esquema de defesa da legalidade” falado por Jango e pelo líder máximo pecebista, Luis Carlos Prestes.

<sup>19</sup> Correio do Ceará, 08/04/1964.

<sup>20</sup> *O Povo*, 07/04/1964.

<sup>21</sup> *O Povo*, 26/06/64.

Não se sabe exatamente quantos cearenses foram detidos com o golpe. O IPM instaurado pelo Exército e sob a responsabilidade do tenente-coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, para apurar a “subversão”, contabilizou 229 detidos, trancafiados, sobretudo, nos quartéis do 23º Batalhão de Caçadores (23º BC), da 10ª Região Militar (10ª RM) e da Polícia Militar (atual quartel do 5º Batalhão da Polícia Militar), afora o Hospital Militar e a sede da Delegacia de Ordem Social e Política (DOPS).<sup>22</sup> A relação, contudo, não está completa, conforme vários dos nossos entrevistados, pois faltam alguns nomes. Além disso, não se sabe quantos foram presos em outros quartéis e cadeias do interior.

Parte da documentação “subversiva” anexada ao IPM foi obtida em virtude de descuido do líder do PCB-CE, Anníbal Bonavides. Ao que parece, Bonavides reproduzia o teor “arquivista” do secretário nacional do Partido, Luis Carlos Prestes. Ficou famoso o episódio das cadernetas apreendidas pela polícia, em abril de 1964, na residência de Prestes em São Paulo, levando à “queda” de vários comunistas, o que arranhou a imagem do “Cavaleiro da Esperança”. No caso de Anníbal Bonavides, conforme as entrevistas feitas, seu propósito seria escrever um livro sobre a história do Partido Comunista no estado – de fato, há entre os documentos vários manuscritos do líder local do PCB. Ao saber do golpe, Bonavides reuniu toda a documentação em sua posse em um surrão (espécie de saco grande, feito de palha, muito comum nos sertões cearenses) e pediu a uma vizinha para guardá-lo. Foi um equívoco, cometido talvez pela angústia e pressa do momento, em virtude do inesperado triunfo do golpe. Logo os militares, ante investigações e denúncias anônimas, se apossaram do que ficou conhecido entre os comunistas como o “surrão do Anníbal”. Numa grande ironia, essa documentação anexada ao IPM transformou-se numa preciosidade para os historiadores que estudam os comunistas cearenses no período anterior à ditadura.

O episódio do “surrão” trouxe grande desgaste à imagem e à liderança de Anníbal Bonavides. Alguns ativistas comunistas chegaram a acusar Bonavides de ter “traído” o Partido e se “vendido” aos militares, o que não tem nenhuma fundamentação. Ante o descontentamento de muitos militantes com a cúpula do PCB, a falta de maior resistência ao golpe por parte das esquerdas e os agouros sofridos pelos aprisionados e seus familiares, o episódio do surrão acabou sendo usado para canalizar a insatisfação existente entre os militantes contra o líder pecebista. Não por acaso, nos meses seguintes, houve uma debandada dos militantes do PCB.

O golpe de Estado triunfara. Para as esquerdas, uma experiência dolorosa e frustrante. O momento exigia reflexões. Como aquela mobilização popular toda,

<sup>22</sup> Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964. Acervo da Associação 64-68 Anistia.

talvez única na República, fora derrotada tão rápida e melancolicamente? Qual era exatamente o grau de coesão e de pressão real das entidades populares na conjuntura do começo dos anos 1960? Será que os trabalhadores estavam realmente engajados na defesa das reformas de base ou muitos se limitavam a tentar obter imediatas condições de vida melhores? E a dependência dos movimentos populares em relação ao Estado/governo: as várias manifestações ocorridas antes do golpe não estariam vinculadas aos interesses próprios de Jango e das camadas dirigentes? E as elites e o capitalismo no Brasil, estavam realmente em crise? E o papel dos meios de comunicação no apoio ao golpe, como enxergá-los, cada vez que eram mais estratégicos na sociedade (AARÃO REIS, 1990)?

As esquerdas, não obstante, foram incapazes de responder a tais questionamentos. A análise de 1964 veio da pior forma, “personalizando” a derrota, encontrando “bodes expiatórios”. Para o PCB, a culpa era o “esquerdismo exagerado” de alguns líderes, os quais quiseram ir “longe demais”. Para outros setores das esquerdas, a culpa fora dos dirigentes pecebistas e de Prestes, com sua postura “reformista, reboquista e pacifista”. Quadros nacionais comunistas, como Carlos Marighela, Mário Alves e Jacob Gorender, saíram do Partidão e fundaram ou deram apoio a grupos políticos outros os quais tentaram remediar o que consideravam o “erro essencial” do PCB e nacionalistas em 1964: a perda de uma excepcional ocasião revolucionária ante toda a agitação popular. A luta pelo socialismo poderia ser retomada sem “ilusões reformistas”. Era uma questão de vontade, homens e armas. Aprofundou-se daí em diante a militarização (de parte) das esquerdas, aumentando o apoio à tese da luta armada, inspirada em muito pelo êxito da Revolução Cubana (RIDENTI, 1993).

O Partido Comunista Brasileiro, nos anos seguintes, não teria mais o prestígio de antes. A agremiação foi responsabilizada pela falta de maior resistência ao golpe, por passar a defender a oposição institucional à ditadura via MDB (o partido opositor permitido pelo regime, mas de influência política bastante pequena nos anos 60) e pelo isolamento em que mergulhou, decorrência da repressão, de sua clandestinidade, afastamento dos movimentos sociais e debandada de militantes. Para se ter ideia, houve momento em que os próprios integrantes do Partido sequer sabiam quem dirigia a organização no Ceará. Alguns dos militantes, especialmente os mais velhos, procuraram nos anos seguintes reorganizar o agora chamado “Partidão”, enquanto outros simplesmente se distanciaram do ativismo político, temendo a repressão do regime militar. Os mais jovens comunistas ou simpatizantes, especialmente os atuantes no movimento estudantil, se afastaram igualmente do PCB, rompendo com uma tradição de obediência às orientações e influências da cúpula

comunista. Em franca crítica ao que consideravam erros e imobilismo do PCB, ganharam autonomia, adentrando nas novas organizações de esquerdas surgidas após o golpe. Foram muitos deles, ao lado de outros jovens ativistas atuantes no final dos anos 60 (a “geração de 1968”), que realizaram a luta armada no Ceará.

O PCB, porém, não ficou imune ao arbítrio da ditadura. Fala-se comumente que a fúria repressiva no Brasil atingiu o PCB, sobretudo, após 1974, quando os grupos armados já estavam destruídos. Conversando com militantes e olhando os jornais cearenses do período de nossa pesquisa, não obstante, eram comuns as notícias da prisão de quadros do PCB-CE pelos agentes da repressão. Já em 1966, um operário de nome José Nobre Parente, de laços com o partido, foi preso dentro das oficinas da Rede de Viação Cearense e levado para o prédio da Secretaria de Segurança Pública do Ceará. Interrogado e torturado, Parente acabou morrendo. A Secretaria de Segurança informou que o ferroviário havia cometido suicídio. Não obstante, o laudo do Instituto Médico Legal apontou como *causa mortis* fratura de crânio. Depois, o documento do IML foi apreendido pela polícia... A superintendência da RVC não permitiu sequer que os trabalhadores da empresa comparecessem ao velório do colega. No enterro de José Nobre Parente, policiais disfarçados estavam de prontidão para impedir qualquer manifestação. A responsabilidade do Estado no assassinado de José Nobre Parente foi reconhecida pela Comissão Especial de Anistia, em 2006 (ALMEIDA, 2009:78).

Focando no PCB, os órgãos de segurança e repressão buscavam justificar sua existência, pois a atuação da esquerda armada no estado foi menor, quando comparada a outros locais do Brasil. Além disso, como o aparato de repressão apresentava problemas estruturais para investigação, os agentes do Estado acreditavam que os velhos militantes do “Partidão” conheciam os “terroristas” ou poderiam dar pistas sobre estes. Pressionados, presos e, não raro, torturados, os integrantes do PCB poderiam revelar um nome ou algo sobre a “subversão”. Era uma análise, pelo menos, duvidosa da repressão cearense, pois se alguns dos comunistas de 64 adentraram ou sabiam das organizações armadas, muitos outros só foram conhecer os guerrilheiros no início dos anos 1970, na prisão, encarcerados que estavam todos no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), ou no final da referida década, quando do posterior engajamento na Campanha Pela Anistia e democratização do País

A luta armada no Ceará ficou, assim, a cargo de jovens ativistas de uma esquerda radical, que ingressaram em organizações cuja estruturação local deu-se através do contato com as lideranças de outros estados. Para aqueles rapazes e moças, a época das conversas e debates inócuos acabara. Em um rico contexto de agitações revolucionárias e utopias, os jovens acreditavam que chegara a hora de tomar

o poder institucional. Herdeiros de tradições políticas pautadas pela violência, entendiam que a resposta aos militares e civis golpistas seria dada também pela força. Chegara o momento das armas falarem alto.

## Conclusão

O golpe civil-militar de 1964 marcou igualmente as experiências e as trajetórias dos militantes de esquerda no Ceará. As ideias socialistas haviam chegado ao estado em fins do século XIX e começo do século XX. Anarquistas, socialistas, comunistas estiveram presentes em vários episódios da história local. Afora a repressão, difundiu-se entre setores da sociedade um forte sentimento anticomunista. Não obstante o Partido Comunista Brasileiro ter obtido certo espaço institucional entre 1945-47, com o avançar da guerra fria, a organização entrou em certo ostracismo.

Com novas orientações da cúpula nacional do PCB, em fins dos anos 50 e começo dos 60, os comunistas voltaram a se expandir no Ceará, obtendo, inclusive, a eleição de um representante para Assembleia Legislativa. O partido adotou uma postura mais flexível, aproximando-se do que considerava “burguesia nacional” e das reformas defendidas pelo governo João Goulart. O líder do PCB-CE, Anníbal Bonavides, com tais posicionamentos, desagradou a grupos mais à esquerda do partido, descontentes com aquelas posturas tidas “reboquistas” e “subservientes”. Não foi coincidência que, ante a facilidade com a qual o golpe de 64 acabou vitorioso, ocorreram severas críticas a Bonavides e ao partido. Diversos integrantes do PCB e de outras organizações acabaram presos. A frustração com o golpe e à opção do PCB pela resistência pacífica à ditadura aumentaram ainda maior o furor contra a organização. Deu-se, então, uma debandada da agremiação, com a saída, sobretudo, de uma militância jovem. Tais militantes, a seguir, em boa parte, entraram em organizações revolucionárias, realizando a luta armada no Ceará.

## Referências

AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ALENCAR JUNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará*. 2006, 325f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ALMEIDA, Nilton Melo. *Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de Ferro*. 2009. 306 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ALBUQUERQUE, Ronald Figueiredo e. *Igreja, sindicatos e a organização dos trabalhadores*. 1991, 205f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

BONAVIDES, Anníbal. *As profecias do Arquimedes*. Fortaleza: ABC Editora, 1996.

CONCEIÇÃO, Flávio da. *As práticas políticas do “Movimento dos Sargentos” na Base Aérea de Fortaleza (1962-2002)*. 2015, 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015

CORDEIRO, Domingo Sávio de Almeida. *Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004.

CORTEZ, Lucili Grageiro. *As repercussões do golpe civil-militar no Ceará*. In: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/pesquisas-em-andamento-nees/192-observanordes-te/observanordeste/2073-gg-as-repercussoes-do-golpe-civil-militar-no-ceara> Acesso a 24/10/2019.

COSTA, Jucelio Regis da. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964)*. 2015, 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2015.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREITAS, Mariano. *O prefeito Acrísio e a câmara vermelha*. Fortaleza: Realce Editora, 2008.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge. *A imprensa libertária no Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “Os comunistas estão chegando!”: a guerrilha do Caparaó e o medo da população local. In: SALES, Jean Rodrigues. *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

LIMA NETO, Ildelfonso Rodrigues. *Escrita subversiva: o Democrata, 1946-47*. 2006, 282f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarada contra o “perigo vermelho”: o anticomunis-*

mo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MELO, Francisco Egberto. *A Cultura cívica na educação cearense (1963-73)*. 2006, 209f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

PARENTE, Francisco Josênio. *A fé e a razão na política*. Fortaleza: edições UFC/Edições UVA, 2000.

PINTO, José Aloísio Martins. *Serventuários das trevas: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922 - 1932)*. 2005, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

OCHOA, Maria Glória W. *As origens do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Ceará: 1954-1964*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stilus Comunicações, 1989.

OLIVEIRA, Papito de (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

RAMALHO, Bráulio. *Foi assim: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968)*. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989.

\_\_\_\_\_. *A reação política conservadora: o caso da União Pelo Ceará*. 2006, 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RODRIGUES, F. Theodoro. *Os 16 deportados cearenses*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. 2005, 251f. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2005.

SANTOS, Bárbara Cacau dos. *“Trabalhadores cearenses, uni-vos”*: o Pacto Sindical em Fortaleza (1957-64). Rio de Janeiro: Gramma, 2017

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade vermelha: a militância comunista em Camocim-CE (1927-1950)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

SARAIVA, J. Ciro. *No tempo dos coronéis*. Fortaleza: ABC Editora, 2011

SEGATTO, José Antônio. SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo. AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.

#### JORNAIS CONSULTADOS

Correio do Ceará (1964)

O Povo (1964; 2004)

#### ACERVO DA ASSOCIAÇÃO 64/68 ANISTIA

Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964

#### ACERVO DA COMISSÃO ESTADUAL DE ANISTIA WANDA SIDOU

Processo de Requerimento de Indenização de Luciano Barreira.